

CONSULTA PÚBLICA Nº 24/2021

**CONTRIBUIÇÃO RELATIVA AO CONTRATO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO A SER
APLICADO A CLIENTE NO ÂMBITO DO MERCADO LIVRE**

03/09/2021

1. Introdução

A GASMIG – Companhia de Gás de Minas Gerais é uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seus acionistas a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, e o Município de Belo Horizonte, com 99,57% e 0,43% das ações, respectivamente. A Companhia obteve a concessão de distribuição de gás canalizado no Estado de Minas Gerais pelo prazo de 30 anos, prorrogáveis, conforme previsão contratual, contados a partir da publicação da Lei Estadual nº 11.021, de 11 de janeiro de 1993. Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando o prazo da concessão até 10 de janeiro de 2053.

A GASMIG é distribuidora exclusiva de gás canalizado em todo o território mineiro, tendo desenvolvido toda a estrutura de distribuição de gás hoje disponível no Estado, com mais de R\$ 1,3 bilhão de reais investidos, atendendo aos segmentos: industrial, comercial, residencial, gás natural comprimido, automotivo, cogeração e termelétrico.

O Estado de Minas Gerais possui a quarta maior extensão territorial do Brasil, sendo a maior da Região sul/sudeste com 588 mil km². Esta dimensão territorial é maior do que a de países como França, Suécia e Espanha. Apesar da grande extensão territorial, em Minas Gerais não existem gasodutos de transporte cruzando boa parte do estado. Apenas 3 gasodutos de transporte atendem o estado de Minas Gerais: os gasodutos Gasbel I e II, originários do Rio de Janeiro com extensão até Belo Horizonte abrangendo parte do sudeste do estado, e o Gasoduto Paulínia-Jacutinga que entrega o gás natural praticamente na fronteira da Região Sul do estado, como mostra a Figura 1. A partir desta escassa rede de transporte, coube a concessionária fazer os investimentos necessários para atender clientes em 35 municípios de Minas Gerais.

Este contexto exige um forte esforço de investimentos em gasodutos de distribuição, com grande extensão e capacidade, para que se possa atender o mercado potencial e consolidar a participação do gás natural na matriz energética do Estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Malha de Gasodutos no Estado de Minas Gerais



Fonte: GASMIG.

As tarifas da GASMIG são reguladas e estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SEDE. É de extrema importância que as tarifas consigam remunerar os ativos necessários para prestação do serviço de distribuição, bem como pague os custos envolvidos na sua operação, seja no mercado cativo de gás canalizado, seja no âmbito do mercado livre de gás natural.

Ao longo dos anos, várias tentativas têm sido empenhadas, tanto na esfera estadual, quanto na esfera nacional para a abertura de mercado. Na regulação federal destaca-se, o acordo entre Petrobras e CADE e a nova Lei do Gás Nº 14.134 de 08 de abril de 2021, com sua regulação através do Decreto Nº 10.712, de 02 de junho de 2021. Na regulação estadual, destaca a resolução Nº 17, de 09 de dezembro de 2013, com as regras sobre o mercado livre a serem aplicadas em Minas Gerais.

Esta contribuição se refere ao conteúdo a Consulta Pública Nº 24/2021 relativa ao Contrato de Serviço de Distribuição a ser aplicado aos clientes no âmbito do Mercado Livre.

Esse debate liderado pelo Regulador é de grande relevância para o mercado de gás de Minas Gerais. Um contrato de adesão homologado a ser firmado entre o concessionário com os clientes que desejarem migrar para o mercado livre oferece isonomia, impessoalidade e transparência para o mercado.

Além disso, um contrato pré-estabelecido e homologado resulta em redução de custo para as partes e por fim acarretando em modicidade tarifária. Por esses motivos, a Gasmig se mostra bastante favorável a esse medida.

2. Cláusulas constantes no contrato

O Contrato de Serviço de Distribuição apresentado pelo Regulador apresenta uma estrutura e ordenação de cláusulas contratuais bastante conhecida e aceita no mercado de gás natural. Essa característica favorece seu entendimento e aplicação junto ao potencial mercado livre.

2.1. Cláusulas de definição, objeto, obrigação das partes, vigência e quantidade contratada

Cláusulas de definição, objeto, obrigação das partes, vigência e quantidade contratada são essenciais para aplicação do contrato. Inclusive fora do mercado de gás essas cláusulas são amplamente aplicadas e definem a natureza desse contrato.

2.2. Cláusula de tarifa do uso de serviço de distribuição (TUSD)

Sobre a cláusula de tarifa do uso de serviço de distribuição (TUSD) é de extrema importância para caracterizar a finalidade do uso do gás e a partir daí o valor a ser cobrado, conforme as tarifas homologadas pelo Regulador.

Nessa cláusula cabe destacar a relevância do item 7.3 e subitens. Esse item permite que o mercado cativo não seja onerado/beneficiado pela migração de um cliente do mercado cativo para o mercado livre. A existência de uma conta gráfica que permite o repasse integral dos custos de aquisição de gás para as tarifas homologadas do mercado cativo.

Sendo assim, o cliente potencialmente livre que pagou a mais/menos no custo do gás devido a diferença do custo do gás realizado em relação ao homologado terá esse valor ressarcido/cobrado. Tal medida garante isonomia ao mercado e gás de Minas Gerais e não cria incentivos falsos para a manutenção de um cliente no mercado cativo de gás ou a sua saída para o mercado livre.

2.3. Cláusulas de ponto de entrega e saída e condições de serviço de distribuição

As cláusulas de ponto de entrega e saída e condições de serviço de distribuição são bastante relevantes nesse contexto. A Gasmig atualmente tem 8 pontos de recebimento de gás conectados à rede de transporte de gás em Minas Gerais. Alguns desses 8 pontos apresentam características distintas de pressão de recebimento, vazão e capacidade.

Além disso, o desenho da rede da Gasmig até a chegada desses clientes é distinto resultando em condições de entrega diferentes para cada cliente. Por isso é extremamente importante deixar claro as condições de recebimento e entrega, de modo a garantir a confiabilidade da prestação do serviço de distribuição.

2.4. Cláusula de programação e parada programada e penalidades

Atualmente, os clientes potencialmente livres da Gasmig já possuem cláusula de programação e parada programada. Essa cláusula permite que a distribuidora opere de maneira segura e eficiente os dutos de distribuição.

Quando da migração de um cliente para o mercado livre, essa cláusula também ajudará que a distribuidora não incorra em erros de programação, pois saberá o comportamento do consumo do cliente livre.

As penalidades por erro de programação têm como principal objetivo o compromisso no repasse das melhores informações disponíveis pelos clientes sobre o consumo de gás. A não cobrança dessa penalidade no passado demonstrou a imprecisão das informações repassadas pelos clientes, colocando em risco as operações dos dutos e gerando maiores penalidades para a distribuidora.

Além disso, a possibilidade de paradas programadas é de suma importância para os clientes. Periodicamente, os equipamentos que utilizam gás natural necessitam de manutenção que impossibilitam o consumo de gás natural. Desse modo a possibilidade de realizar paradas programadas tem como objetivo a segurança no uso do energético.

A penalidade por falha de fornecimento tem como objetivo demonstrar um sinal positivo para o mercado. Assim, caso o cliente livre não receba o gás por culpa única e exclusiva da distribuidora, o mesmo fará jus a uma compensação financeira, uma vez que a distribuidora está prestando o serviço de maneira adequada.

2.5. Medição de gás e qualidade do gás

As cláusulas de medição e qualidade do gás são cláusulas técnicas muito importante no Contrato de Serviço de Distribuição. A cláusula de medição garante que o volume será medido conforme as normas vigentes no mercado brasileiro, evitando erros e garantindo que o volume faturado seja o que efetivamente foi consumido pelo cliente.

Sobre a qualidade do gás, é necessário informar que a distribuidora repassará a mesma qualidade do gás que receber do sistema de transporte. Portanto, caso o gás entregue não esteja em conformidade com a norma vigente e a distribuidora não tenha feito nada para deixá-lo desconforme, o cliente livre deverá acionar o supridor de gás ao qual contratou a molécula.

Também é importante deixar claro que a titularidade da molécula de gás nunca será repassada para a distribuidora, nem nenhuma obrigação proveniente dessa titularidade. A distribuidora terá apenas a posse do gás, em quanto o mesmo estiver sendo movimentado no gasoduto.

2.6. Cláusula de faturamento

Essa cláusula está em aderência com a forma de faturamento por parte da Gasmig não gerando alterações para a Gasmig, nem para os clientes livres. Cabe ressaltar que a tributação aplicável dependerá da natureza da operação, estando a Gasmig apta a realizar esse faturamento.

2.7. Demais cláusulas

As demais cláusulas constantes, conforme já expostos, são cláusulas padrão de contratos de compra de gás. Como não há nenhuma mudança, entendemos que o mercado já está adequado a sua aplicação, por tanto não há óbices quanto a sua aplicação.

3. Sugestões de alterações / inclusões

3.1. Cláusula de participação financeira

Nos casos de novos clientes livres, onde a Gasmig realizará um novo investimento na rede de distribuição e apenas o consumo desse cliente, aplicada a TUSD da Gasmig não é suficiente para a adequada remuneração do ativo. Sendo assim, é necessária a cobrança da parcela não remunerada do ativo.

Outro caso em que essa cláusula poderá ser aplicada, seria a hipótese de um cliente que possua uma rede ainda não totalmente remunerada e deseje encerrar o contrato. O repasse desse custo adicional ao restante do mercado cativo não parece uma solução equilibrada. Sendo assim, caso o cliente tenha interesse de antecipar a resolução contratual, essa cláusula definiria o valor a ser pago e a forma de pagamento.

Sendo assim, sugerimos o anexo padrão para quando houver a necessidade de Participação Financeira:

à proteção de dados e privacidade e garantir que seus empregados, agentes e subcontratados também o façam.

A.2. As Partes garantem que todos os dados pessoais eventualmente compartilhados no âmbito deste Contrato foram obtidos legalmente de acordo com os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18) e que possuem o direito de tratá-los e de compartilhá-los com a outra Parte.”

A.3. A Parte que der causa ao descumprimento da legislação e normas aplicáveis indenizará a outra parte contra qualquer responsabilidade, dano, prejuízo, custo, e despesas, incluindo, mas não se limitando, os devidos honorários advocatícios, as multas, e penalidades, ou custos investigativos relativos.

A.4. Na hipótese de término do presente Contrato e, ausente qualquer base legal para tratamento dos Dados Pessoais prevista na LGPD, as Partes comprometem-se a eliminar de seus registros e sistemas todos os Dados Pessoais a que tiveram acesso ou que porventura venham a conhecer ou ter ciência em decorrência dos serviços previstos no Contrato, responsabilizando-se por qualquer dano causado à outra Parte ou a qualquer terceiro.

4. Erros e inconsistências

4.1. Cláusula 7.3.2

Nessa cláusula informa que o valor do SPC, enquanto que na cláusula 7.3.3 indica VPCD. Nesse caso, sugerimos igualar as duas, ou utilizando SPC, ou VPCD.

Ainda nessa cláusula, há a definição do prazo em que o contratante deve notificar a Gasmig se deseja antecipar o valor a ser pago do VPCD. Contudo, o numeral apresentado é 10 e o valor por extenso é vinte. Sugerimos trocar o valor por extenso para dez.

4.2. Cláusula 8.1.2

Substituir a palavra Cliente por Contratante

4.3. Cláusula 14.1

Nas definições da fórmula, está QM, enquanto que o correto, como a fórmula é QDR. Sugerimos substituir QM por QDR